

DANIEL SEBASTIÁN GRANDA HENAO

O CASO DO BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NO ÂMBITO DO
MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

El caso de Brasil como potencia regional en el ámbito del Mercado Común del
Sur (Mercosur)

Trabalho apresentado no Seminário Desenvolvimento e Mudança Global na Perspectiva das
Relações entre Mercosul e União Européia na faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS-

Outubro 25 e 26 de 2001

Porto Alegre

2011

Resumo:

Na metade dos anos 80, nasce uma iniciativa de integração regional na América do Sul com o intuito de evitar a ameaça da instabilidade política na região; o Mercado Comum do Sul. Após duas décadas de ditaduras e intervenções militares no chamado Cone Sul, o Brasil e a Argentina decidem voluntariamente somar esforços em prol de manter a democracia na região. Desde então, ao longo destes dezesseis anos como bloco, avanços e dificuldades tem sido demonstrados nos processos de integração econômica e política.

O Brasil em particular, tem se destacado dentre os países que conformam o bloco por ter tomado o papel de liderança, em fazer com que o MERCOSUL, na atualidade, se transforme face às crises econômicas da década de 90, tendo maior atividade e sendo viável como projeto multilateral. No entanto, existem motivos que podem nos fazer concluir que o papel do Brasil como líder e mediador se relaciona mais com seus interesses políticos e econômicos próprios do que com os comuns ao bloco, procurando atingir suas metas; ora, atrapalhando o desenvolvimento de outros países da região, ora os incentivando nas áreas em que ele considera estratégicas.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa apresentada para a disciplina de Geopolítica no semestre 2011-I na Universidad Nacional de Colombia- sede em Medellín e procura fazer uma revisão aos antecedentes do processo de integração do MERCOSUL, seu estágio atual e provável; e do papel que cumpre o Brasil como país membro, assim como as ações e estratégias que ele faz com o fim de ganhar este papel de grande país da economia e da política global, que permite classificá-lo como potência regional dentro do bloco.

Palavras chave: MERCOSUL, Brasil, Integração Regional, Blocos Econômicos, Geopolítica Sudamericana.

Resumen:

A mitad de los años 80, nace una iniciativa de integración regional en América Del Sur con el propósito de evitar y contener las posibilidades de amenaza de inestabilidad política en la región; el Mercado Común Del Sur. Después de más de dos décadas de dictaduras e intervenciones militares en el llamado Cono Sur, Brasil y Argentina deciden de manera voluntaria aunar esfuerzos en pro de mantener la democracia en la región. Desde entonces, a lo largo de estos dieciséis años como bloque, se han presentado avances y dificultades en los procesos de integración económica, social y política.

Brasil en particular, se ha destacado entre los países que conforman el bloque debido al rol de liderazgo que ha tomado para hacer que el MERCOSUR se transforme de cara a las crisis económicas de los años 90, teniendo mayor actividad y volviéndose viable como proyecto multilateral. Sin embargo, existen motivos que nos pueden hacer concluir que el papel de Brasil como líder y mediador se relaciona más con sus propios intereses políticos y económicos que los que son comunes del bloque, procurando atender sus metas; bien sea obstaculizando el desarrollo de los otros países, o bien incentivándolo en áreas que él considera estratégicas.

Este trabajo es resultado de una investigación presentada para la asignatura de Geopolítica en el semestre 2011-I en la Universidad Nacional de Colombia- sede Medellín, y busca hacer una revisión a los antecedentes del proceso de integración del MERCOSUR, su estado actual y probable; y del papel que cumple Brasil como país miembro, así como las acciones y estrategias que este realiza con el fin de ganar su papel de gran país de la economía y la política global, que permite clasificarlo como potencia regional dentro del bloque.

Palabras clave: MERCOSUR, Brasil, Integración Regional, Bloques Económicos, Geopolítica Suramericana.

O Mercado Comum do Sul tem se constituído o bloco de integração regional mais importante na América do Sul, e por extensão da América Latina. Dito bloco começou como um projeto de cooperação binacional entre a Argentina e o Brasil, ambos os países recém tinham saído de regimes militares que lhes haviam governado por mais do que vinte anos. Com a restauração da democracia dos dois lados, os novos governos procuravam aliados na região para proteger o novo regime das possíveis ameaças autoritárias por meio das alianças comerciais, econômicas e políticas; em sintonia com os fenômenos de integração que estavam a acontecer ao redor do mundo. Na evolução desses relacionamentos, outros países se juntaram a ditas vontades e conformaram o que hoje conhecemos como MERCOSUL.

Assim, apareceu o Brasil como ator fundamental do processo; devido ao seu tamanho de país continental, população e economia; e tem se constituído no líder natural do processo de integração para a região. Do mesmo modo, os focos da sua política externa têm mudado dependendo dos contextos internacionais e internos. Dessa maneira, a nossa análise se baseia: primeiro na revisão do caso do MERCOSUL como estratégia de integração regional na zona mais austral da América do Sul; logo após, do papel que desempenha o Brasil como potência para a região, e finalmente relacionando o quê é e como se comporta a proposta brasileira de liderança, integração e comércio multilateral no contexto da América do Sul.

O Mercado Comum do Sul: *Antecedentes, progresso e desafios para o futuro da integração latino-americana*

O MERCOSUL, como bloco econômico, apareceu na política internacional em 1991 sob o marco do Tratado de Assunção; onde a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai juntavam suas vontades políticas para a criação de uma instituição de integração regional para o Cone Sul respondendo aos acontecimentos internacionais na economia recente que demandava a integração, e que requeria impulsos específicos nas áreas da economia, a educação, a ciência e a tecnologia, podendo trazer benefícios reais para seus povos.

Sob este tratado, os países pretendiam alcançar como princípios para atingir o desenvolvimento dos seus países e da região:

“ [...] la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medida equivalente; El establecimiento de un arancel externo común y la adopción de una política comercial común con relación a terceros Estados o agrupaciones de Estados y la coordinación de posiciones en foros económico-comerciales regionales e internacionales; La coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados Partes: de comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria y de capitales, de servicios, aduanera, de transportes y comunicaciones y otras que se acuerden, a fin de asegurar condiciones adecuadas de competencia entre los Estados Partes; El compromiso de los Estados Partes de armonizar sus legislaciones en las áreas pertinentes, para lograr el fortalecimiento del proceso de integración [...]” (Mercado Común del Sur, 1991)

Já com o Protocolo de Ouro Preto em 1994, e após sucessivas reuniões celebradas desde a assinatura do Tratado de Assunção, dar-se-ia forma e vigência ao mercado comum, numa estrutura que lhe permitisse ser compatível e competitivo respeito às tendências do comércio com outros países e blocos; e que politicamente facilitasse a integração dos países da região nos aspectos sociais e econômicos. Dita estrutura foi contrastante com os avanços que se obtiveram na fase de transição e configuração do bloco entre 1991 e 1994, isso devido a que os anos seguintes se caracterizaram pelo estancamento da integração, em parte pela falta das vontades políticas e em parte pelas crises financeiras que afetaram ao mundo –e de forma intensa à região- entre os anos de 1995 e 1999.

Além disso, deve se entender que, como diz Ferrer (2007), o MERCOSUL é um bloco com grandes assimetrias, tanto econômicas quanto sociais, que lhe caracterizam e diferenciam de outros blocos. Podem-se ver alguns dados sobre o anterior no quadro a seguir:

País	População	Território	RNB total	INB per capita
Argentina	40,3 mi	2.780.400 km ²	297,7 bi U\$	7.550 U\$
Brasil	193,7 mi	8.514.880 km ²	1.562,4 bi U\$	8.070 U\$
Paraguai	6,3 mi	406.750 km ²	14 bi U\$	2.250 U\$
Uruguai	3,3 mi	170.220 km ²	30,8 bi U\$	9.010 U\$

Formulação Própria. Fonte: (Banco Mundial, 2010)

O que esses dados indicam é a dimensão das desigualdades dentre os países do MERCOSUL. Desse jeito, o Brasil é o país com maior riqueza, território e população –em resumo, fatores produtivos- e ao mesmo tempo tem uma grande desigualdade já que sua riqueza toda não cobre sua população. Assim então:

“[...] o Brasil enfrenta o dilema de ser um “país Alemécia”: como a Alemanha, no caso europeu, espera-se que o Brasil lidere o processo de integração, mas, ao mesmo tempo, como a Grécia, é um dos países mais pobres do bloco.” (Giambiagi & Markwald, 2002, pág. 5)

Enquanto isso, a Argentina é um país com uma alta concentração da sua população na Grande Buenos Aires, possui, porém, um Ingresso Nacional Bruto per capita similar ao brasileiro, embora ele tenha uma Renda Nacional Bruta muito mais elevada. Por outro lado, Uruguai e Paraguai são os países menores dentro do bloco e, no entanto, o primeiro tem o maior INB per capita dos quatro, com o que os uruguaios têm um poder aquisitivo médio maior que os demais, ainda que seu país seja o de menor capacidade produtiva dentre todos eles.

Na Atualidade, o MERCOSUL possui outros membros além dos iniciais. A Venezuela só está à espera da aprovação do congresso paraguaio para entrar formalmente como membro pleno ao bloco, enquanto a Bolívia ainda não se define se quer entrar ou não; o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru são membros associados, e o México é só um país observador.

Enquanto isso tudo, o MERCOSUL como bloco tem conseguido alianças com outras instituições econômicas e políticas, assim como países individualmente, de vital importância para sua sobrevivência –que já viu-se ameaçada pelas crises dos anos 90. Esses parceiros são a Comunidade Andina de Nações, Israel, Egito, a União Européia, Palestina, a União de Nações da África austral, Índia, etc. (Wikipedia, 2011); e se bem, o bloco sofreu certa decadência na década de 90 e começo de 2000, com as eleições de Lula no Brasil e Kirchner na Argentina –os dois em 2003 e com uma visão de esquerda moderada- posicionaram suas prioridades de governo com um discurso similar; procurando saídas institucionais alternativas para a pobreza e o afastamento das políticas neoliberais executadas pelos seus predecessores. Isso através de políticas macroeconômicas anticíclicas e objetivos comerciais e políticos comuns para os países do MERCOSUL (Orozco, Rodríguez, & Castro, 2010).

Assim, poder-se-ia ver a história do bloco dividida em duas partes: a primeira marcada pela formação e suas primeiras crises ao não possuir políticas que protegessem aos países dos mercados financeiros internacionais. E a segunda etapa marcada pelos novos símbolos que propugnavam a maior cooperação entre os países latino-americanos, com o que o MERCOSUL viveu uma agitada revitalização e evolução como organismo político e econômico.

Agora bem, pode-se dizer que como bloco econômico e político tem tido um desenvolvimento bastante acelerado no que respeita à formação duma zona de comércio intra-regional e à coordenação duma política comercial conjunta (Orozco, Rodríguez, & Castro, 2010), ao comparar com os alcances da UE, quem só obteve esse tipo de resultados após várias décadas e acordos de integração e harmonização. Porém, não pode se esquecer que as circunstâncias temporais, culturais, regionais e internacionais eram bem diferentes entre a Europa do pós-guerra e o Cone Sul dos anos 80s e 90s.

Cabe então se perguntar, o quê pode-se esperar para o futuro da região? O MERCOSUL vai continuar a apostar na expansão do bloco e a integração latino-americana, isso conjuntamente com a CAN e a UNASUL (El Espectador, 2011). O bloco também quer a diminuição das desigualdades e assimetrias na região através do desenvolvimento de políticas sociais e educativas (Terra Argentina, 2011). Esperar-se-ia que continue com as relações de representação comercial e política com outros países e regiões do mundo, e restabelecer a política comercial do bloco, que com os anos e as crises, tem se debilitado com várias rupturas e exceções, como o caso da indústria automotiva. (Analítica.com, 2011) (LaNación.com, 2011). Orozco *et al* dizem ao respeito (2010, pp. 261-265):

“[...]MERCOSUR debe lograr, entonces, una coordinación de sus políticas regionales en materia económica, social, ambiental y de seguridad, entre otras, lo que significa que la meta va más allá de lograr la simple liberación comercial. De otra parte, deberá fortalecer su posición en todo el espacio sudamericano, con el objetivo de mejorar la posición negociadora de estos países, tanto a nivel hemisférico como mundial. [...]El gran reto de Brasil –y por qué no del MERCOSUR– en cuanto a política exterior y necesidad de consolidación como actor relevante de la política internacional, consiste en extender esa relación positiva entre seguridad económica y estabilidad política al área suramericana, abarcando países que tienen frontera común, pero que, inicialmente, no estaban inscritos en el proceso de integración del MERCOSUR[...]”.

O Caso do Brasil: O papel de um jogador global numa região com assimetrias e desigualdades

Como se observou nos apartados anteriores, dentro da configuração do Mercado Comum do sul, Brasil não é mais um jogador na quadra, mas sim –por diversas circunstâncias, entre elas: seu território, população e fatores econômicos; assim como sua agitada agenda internacional- o maior jogador e do quem o mundo mais espera. A seguir, se verá o quê faz especial ao Brasil dentro da região, e o porquê das suas ações e estratégias econômicas, comerciais e políticas que o diferenciam das adotadas pelos outros.

Para Gambiagi e Markwald (2002), o Brasil espera ser considerado um grande ator do contexto internacional, e ele já possui muitas das características de um *global trader*; sendo um fato que a sua parceria com os outros países da América Latina lhe oferece vantagens para esse papel; porém, só o espaço fornecido pelo MERCOSUL é quem lhe oferece o papel de liderança para uma grande região sem maiores conflitos étnicos, religiosos, históricos, ou de fronteira significativos ou ativos; e que também é proprietária de um PIB agregado de mais de um trilhão de dólares (excetuando o próprio, com o que praticamente se duplicaria esse número), sistemas financeiros fortes, um grande setor industrial e uma tradição capitalista ininterrupta. Mas também, é claro, a região é uma das mais desiguais na distribuição da sua riqueza, com grandes indústrias e circuitos de alta sociedade, e ao mesmo tempo, círculos de pobreza -mais semelhantes à miséria-, economias essencialmente primárias e extrativistas; amplos *gaps* na prestação dos serviços públicos e direitos, tais como educação, saúde, água, energia elétrica, etc. podendo distinguir sub-regiões urbanas (mais desenvolvidas) e rurais que não se conseguem integrar entre elas.

O modelo de desenvolvimento do Brasil, a diferença dos outros países da região, tem apresentado grandes avanços nesses aspectos, onde, segundo palavras da UNESCO no Brasil (2011):

“Historicamente, as enormes desigualdades sociais, econômicas e culturais expressam uma das características mais marcantes do país. Em anos recentes, percebe-se um crescimento da consciência da sociedade e do governo quanto à necessidade de reverter-se essa condição, criando-se mecanismos de participação e controle social, programas, projetos e ações que indicam um movimento de transformações positivas.”

Com o que se consegue perceber o reconhecimento outorgado pela comunidade internacional ao trabalho dos últimos governos federais no que respeita à redução da pobreza, num país onde a maior dificuldade não é econômica senão social; e que é parecida a configuração sócio-econômica da grande maioria dos países latino-americanos. Assim, o Brasil tem diferentes opções para se internacionalizar; pode ir sozinho ou acompanhando aos outros países sul-americanos no processo. Para poder definir como isso pode ser feito, será necessária uma revisão ao comportamento histórico do Brasil respeito aos seus “hermanos”.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que no século XIX, Brasil obteve sua independência de uma maneira diferente ao resto dos países americanos; sendo que não teve que lutar contra nenhum império europeu, visto que já era o Império nas terras americanas, já que Napoleão tinha invadido Espanha e Portugal, com o que a corte portuguesa decidiu se trasladar de Lisboa ao Rio de Janeiro, mudando a metrópole do Império e suas estruturas de poder para terras americanas, onde começariam a governar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o que era elevado o Brasil do nível de colônia a reino (Bandeira, 2008). Em 1822, o rei de Portugal teve que voltar a Lisboa, mas temeroso da secessão, deixa ao seu filho Pedro como encarregado do reino; enquanto isso, o resto da América hispânica e francesa se encontrava nas guerras de independência, porém, os iluministas brasileiros preferiam uma via alternativa à guerra, ao ver quanto derramamento de sangue e instabilidade política surgia nas novas repúblicas. Assim, ameaçaram ao Príncipe Pedro de ser expulso à força se ele não declarasse a emancipação do Reino do Brasil do Reino Unido. Ele declarou emancipação a condição de ser ele mesmo o Imperador do Brasil. Do anterior é possível dizer que a política brasileira não sofreu rupturas institucionais com o antigo regime, muito pelo contrário, continuou a política imperialista, só que desta vez, à brasileira.

Os problemas de fronteira também são questões de longa data. Já como colônia portuguesa tinha-se noção da importância da defesa da margem oriental do Rio da Prata para a proteção da própria soberania, razão pela qual tomou posse da província Cisplatina (atual Uruguai), contrariando os interesses da coroa espanhola. O Brasil compreendeu desde cedo que as relações de poder, respeito às outras colônias e países da América do Sul, dependiam do seu comportamento na bacia do Prata. Desse modo, a diplomacia do século

XIX lançou a proposta do bloco ABC (Argentina, Brasil e Chile); logo após, sua expansão econômica lhe exigiria a expansão territorial, tomando posse de territórios da Bolívia, o Paraguai e a Guiana Francesa para a exploração da seringueira e a borracha. (Bandeira, 2008) Seus relacionamentos com os países do Pacífico e além da floresta amazônica só começariam a ser relevantes no albor do século XX, assim:

“Com as repúblicas do Pacífico, separadas por florestas e pela cordilheira dos Andes, as relações do Brasil nunca adquiriram maior peso e densidade, até a primeira metade do século XX. O interesse primordial do Brasil consistiu em buscar solução para as questões de limites e de navegação fluvial, através do Amazonas, e daí as missões de Duarte da Ponte Ribeiro (1851), Miguel Maria Lisboa (1853), João da Costa Rego Monteiro, Felipe Lopes Neto, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja (1866-1867), enviadas às repúblicas do Pacífico (Peru, Equador, Colômbia e Venezuela). A doutrina do uti possidetis serviu de base para a demarcação das fronteiras, com a prevalência da idéia da nacionalidade, que conferiu à política brasileira coerência, racionalidade e continuidade, como Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Buenos salientaram. E o que o Brasil tratou de assegurar foi sua soberania sobre a Amazônia, antes de abrir o rio à navegação internacional, e evitar que as repúblicas do Pacífico fossem induzidas pelos Estados Unidos a atacá-lo ao norte, aproveitando seu envolvimento na guerra contra o Paraguai (1864-1870) José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, quando ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (1903- 1912), buscou consolidar as fronteiras do Brasil, com todos os seus vizinhos, e sua política exterior pautou-se por diretrizes similares às do tempo da monarquia (1822- 1889), ao considerar o continente uma espécie de condomínio, em que o Brasil exerceria livremente sua influência sobre a América do Sul, enquanto as Américas do Norte e Central, bem como o Caribe teriam nos Estados Unidos seu centro de gravitação. Por esta razão, embora o imperador D. Pedro II não aprovasse, pessoalmente, a iniciativa de Napoleão III, ocupando o México, seu governo não aceitou o convite, alegando que não tinha maior interesse na questão. Essa atitude do governo de D. Pedro II deveu-se ao fato de que o Brasil considerava o México fora de sua esfera de preocupação e nunca aspirou a ter qualquer interferência nos países daquela região, considerada como pertencente à órbita de influência dos Estados Unidos.” (Bandeira, 2008, p. 14)

Logo voltaremos neste ponto para fazer uma reflexão global e conjunta com outros aspectos. Por enquanto, veja-se o que falam outros analistas políticos respeito a política exterior brasileira na atualidade:

“[...]A prioridade declarada pela região e pela integração regional é uma das três principais linhas de atuação do Itamaraty nos dois governos Lula (sendo as outras a busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e as negociações comerciais multilaterais da Organização Mundial de Comércio no âmbito da Rodada de Doha). O discurso oficial proclama a América do Sul como a primeira preocupação da política externa e não se cansa de repetir que nunca na história do Brasil o relacionamento com os países da região foi tão próximo e tão positivo, não só em termos de relação bilateral como também em termos de integração regional, em especial no MERCOSUL[...].” (Barbosa, 2008, p. 12)

“[...]Although the bases for an autonomous foreign policy have become more restricted in the post-Cold War period, Brazil still seeks to preserve an independent voice within the international community and a certain level of independent capacity to determine its actions. In addition, the country has demonstrated a clear intention of wanting to expand the roles that it plays and the responsibilities that it assumes—in regional politics, in Third World agendas and in multilateral institutions. Recent indications of this include its initiative towards the creation of a South America Community; its activist policies and positions in both hemispheric trade negotiations and global trade fora; its efforts to deepen relations with major world powers such as China and Russia; its desire to build up South–South coalitions, particularly with India and South Africa [...]” (Lima & Hirst, 2006, p. 21)

Observando então essas duas perspectivas, pode-se perceber que a política externa brasileira tem tido comportamentos imperialistas, devido à busca da sua posição no cenário mundial por meio da sua liderança e influência nos demais países sul-americanos. Ao mesmo tempo pode-se considerar como país antiimperialista no sentido que com sua política externa, ele procura proteger a região da influência que outras potências podem exercer, por exemplo, os Estados Unidos.

No que diz da zona do MERCOSUL, pode-se dizer que sua posição se destaca como bloco de fortalecimento e contingência perante as políticas comerciais propostas pelos Estados Unidos nos começos da década de 90, especialmente o ALCA (área de livre comércio das Américas), que procurava o livre comércio desde *Alaska* (EUA) até *Tierra del Fuego* (Argentina). Oliveira & Onuki (2000), explicam que desde o fim da guerra fria as estratégias de relacionamento do Brasil diante os outros países sul-americanos mudou, de maneira que ele se posicionasse como contrabalança aos Estados Unidos, rejeitando a automática adesão à política externa desse país pelo fato de se localizar no hemisfério ocidental; isso aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, de dois jeitos: primeiro, demarcando a América do Sul como sua área de influência geopolítica via integração regional; e segundo, criando uma política externa multilateral com especial cuidado das áreas de segurança, e de economia e comércio internacional, de modo que ela fosse conveniente e pertinente a América do Sul e o próprio Brasil.

Brasil como potência regional no contexto sul-americano:

Uma potência regional se caracteriza por possuir um amplo território, uma economia mais forte do que a dos vizinhos e da sua área de influência; age como intermediador nos conflitos regionais e detêm um estilo político baseado nos relacionamentos de cooperação e paz, para garantir a ordem nessa região. Deles depende a vontade para liderar a região e ser contrabalanças na política externa das grandes potências. Mas acima de tudo, essas potências regionais se caracterizam por demonstrar seu poderio militar e influência política em suas zonas de atuação no começo, com o propósito de se projetar ao mundo depois, se definindo como potências médias emergentes. Esse é o caso do Brasil, a Índia e a África do Sul nas suas respectivas regiões (Nolte, 2006).

Então, segundo o dito nas seções anteriores, pode-se definir ao Brasil como uma potência regional tanto no âmbito do MERCOSUL quanto no referente à América do Sul, com as caracterizações feitas previamente, pode-se ver que é o Brasil quem mantém esse tipo de relações e parcerias respeito ao resto dos países na região. Sem negar que países como Chile, Argentina ou Venezuela também possuem essas características, só que não têm assumido sua função de líderes dentro dos processos que envolvem o nível regional.

Desse jeito, se observa que a situação geopolítica do Brasil ao respeito da América do Sul não é randômica senão que vem se construindo a consciência como um plano nacional há vinte e cinco anos, e pode se resumir em:

“Brazil has actively pursued a policy of greater engagement, both economic and political, with its neighbours - especially in South America, to a lesser extent in central America (including relatively little involvement with Mexico) and the Caribbean. Its relationship with the United States is generally good, but remains complicated; Brazil, for example, has resisted the US agenda for the economic integration of the western hemisphere. [...] However, the principal focus of Brazil’s regional foreign policy has been South America. The pattern has its roots in the rapprochement with Argentina after 1985, and the Treaty of Asunción in 1991 that led to the creation of the Mercosur trade bloc (Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay); but it is also the result of a conscious decision taken in 1992-93, and was reinforced by the joining of Mexico in 1994 with the United States and Canada in “North America”. President Cardoso hosted the first summit of South American presidents in Brasília in 2000; and at the third summit held in Cusco in December 2004 (during the first Lula administration), a South American Community of Nations was formed, consisting of twelve nations, including Guyana and Suriname. At the summit held in Brasília in

May 2008, the community became the Union of South American Nations (Unasur)” (Bethell, 2010, p. 2)

Logo, o que pode se observar nas últimas ações da política externa brasileira é a continuidade das prioridades da agenda (integração e multilateralismo), embora agora tenha maior conteúdo da política social e de bem-estar para a população da região, que tem sido um aporte da visão política de Luiz Inácio Lula da Silva, e se espera continue no atual governo da Dilma Rouseff. Em especial para o MERCOSUL, se espera que continuem as parcerias comerciais com o resto do mundo, como uma zona de comércio próspera, democrática, crescente e pacífica, que consegue adiantar os processos de integração com o resto da América do Sul além dos compromissos formais que tem se feito com o início da UNASUL.

A modo de conclusão gostaria de sublinear duas questões: primeiro, que para o Brasil conseguir demonstrar a liderança na região como foco do seu poder como potência regional perante o mundo todo deverá assumir alguns custos que gerem uma maior estabilidade macroeconômica, política e militar na região a fim de assegurar a paz na América do Sul, o que se reverteria numa expansão da sua área de influência, e ao mesmo tempo significaria a renúncia parcial de alguns objetivos políticos para o equilíbrio da região (Giambiagi & Markwald, 2002). O segundo aspecto a ter em conta é, segundo Oliveira *et al*:

“Todavia, é através do MERCOSUL que o Brasil consegue instrumentalizar da melhor maneira esse papel de liderança e de potência regional. O significado político e geoestratégico do MERCOSUL para o Brasil supera, em larga medida, seu sentido econômico-comercial. Muito embora a integração tenha catalisado o comércio intra-bloco e funcionado como escala de mercado e chamariz de investimentos diretos internacionais, o Brasil experimentou, até o início de 1999 (quando ocorreu a desvalorização do real), importantes déficits comerciais em relação à Argentina, sem que isso colocasse em cheque o projeto como um todo.” (2000, p. 113)

O que no final de contas demonstra que no aspecto econômico o MERCOSUL não apresenta vulnerabilidades para o Brasil, mas uma hipotética saída desse país do bloco faria com que os outros membros se vessem bastante afetados sim pela economia brasileira. O papel que exerce o MERCOSUL para o Brasil é mais geopolítico do que comercial, e é graças a ele que hoje o Brasil pode se posicionar como uma verdadeira potência regional e uma grande potência em um futuro não muito distante.

Bibliografia:

- Analítica.com. (2011). *Mercosur dejará de ser un cúmulo de dificultades*. Acesso em Maio de 2011, disponível em http://www.analitica.com/va/economia/opinion/9147980.asp?sms_ss=email&at_xt=4ddf1a4a0bb74900%2C0
- Banco Mundial. (2010). *Argentina Country Data Profile*. Acesso em Maio de 2011, disponível em http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=13609&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED&HF=N&DIMENSIONS=3
- Banco Mundial. (2010). *Brazil Country Data Profile*. Acesso em Maio de 2011, disponível em http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=13609&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED&HF=N&DIMENSIONS=3
- Banco Mundial. (2010). *Paraguay Country Data Profile*. Acesso em Maio de 2011, disponível em http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=13609&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED&HF=N&DIMENSIONS=3
- Banco Mundial. (2010). *Uruguay Country Data Profile*. Acesso em Maio de 2011, disponível em http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=13609&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED&HF=N&DIMENSIONS=3
- Bandeira, L. (2008). O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua Política Exterior. (MERCOSUL, Ed.) *Temas e Matizes* (14), 9-32.
- Barbosa, R. (2008). A política externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. *Interesse Nacional* (1), 11-21.
- Bethell, L. (2010). *Brazil: regional power, global power*. Acesso em Maio de 2011, disponível em Open Democracy: <http://www.opendemocracy.net/leslie-bethell/brazil-regional-power-global-power>
- El Espectador. (2011). *Secretaría de Unasur busca proyectar éxitos de CAN y MERCOSUR*. Acesso em Maio de 2011, disponível em <http://www.elespectador.com/noticias/elmundo/articulo-267909-secretaria-de-unasur-busca-proyectar-exitos-de-can-y-mercosur>
- Ferrer, A. (2007). El Éxito del Mercosur Posible. *Revista de Economía Política*, 27 (1 (105)), 147-156.
- Giambiagi, F., & Markwald, R. (2002). A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial. *Revista Brasileira de Comércio Exterior* (71), 14-31.

LaNación.com. (2011). *Brasil amenaza con más restricciones al comercio bilateral*. Acceso em Maio de 2011, disponível em <http://www.lanacion.com.ar/1376492-brasil-amenaza-con-mas-restricciones-al-comercio-bilateral>

Lima, M. R., & Hirst, M. (2006). Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs* , 82, 21-40.

Mercado Común del Sur. (1991).Artículo 1. *Tratado de Asunción*. Asunción.

Nolte, D. (2006). Potencias Regionales en la política internacional. *Working Papers* (30), 1-37.

Oliveira, A., & Onuki, J. (2000). Brasil, Mercosul e segurança regional. *Revista Brasileira de Política Internacional* , 43 (2), 108-129.

Orozco, G., Rodríguez, G., & Castro, C. (2010). Proyección Internacional y Estabilidad Regional. El caso de Brasil y el Mercosur en la política Internacional. *Investigación y Desarrollo* , 18 (2), 242-269.

Terra Argentina. (2011). *Países del Mercosur evalúan avances en Integración Educativa*. Acceso em Maio de 2011, disponível em <http://noticias.terra.com.ar/paises-del-mercosur-evaluan-avances-en-integracion-educativa,7f11217c8d220310VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

UNESCO. (2011). *Redução da Pobreza no Brasil*. Fonte:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sociais-e-humanas/ciencias-sociais/poverty-reduction/>

Wikipedia. (2011). *Mercosur*. Acceso em Maio de 2011, disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Mercosur>